

A EVASÃO ESCOLAR E SUA RELAÇÃO COM OS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NO CREAS LA/PSC DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP.

Emerson Tavares SOUZA¹
Eduardo Luis COUTO²

RESUMO: O presente artigo propõe a reflexão quanto ao rebatimento da evasão escolar nos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, e para tal finalidade, faz uma um resgate em relação às Políticas Públicas, não se restringindo a Educação, como também traz à tona a conjuntura econômica recente e a atual, no que diz respeito aos cortes de recursos e a intencionalidade dessas ações, e como elas rebatem no CREAS Medidas Socioeducativa de Presidente Prudente-SP, e propõe a articulação dos profissionais para seu enfrentamento.

Palavras-chave: Alfabetizado. Analfabeto. Educação. Escola. Adolescente.

1 - INTRODUÇÃO

A presente reflexão deriva das observações apreendidas no campo de estágio praticado no CREAS Medidas Socioeducativas de Presidente Prudente-SP, onde entre outras observações, destacou-se a questão educacional dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, haja vista, o elevado número desses adolescentes que estão evadidos da escola.

Abordaremos essa questão, fazendo um breve histórico do contexto econômico e político dos últimos anos, que vem sofrendo abruptas mudanças, e que culminam diretamente no cotidiano dos trabalhadores, entre os quais, os assistentes

¹ Discente do 7º termo do curso de Serviço Social do Centro Universitário “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. etavares41@hotmail.com. Bolsista do Programa de Iniciação Científica Toledo – Políticas de atendimento à família, criança e ao adolescente.

² Mestre e Doutorando em Serviço Social e Políticas Sociais UEL/PR. Docente do curso de Serviço Social no Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. e-mail: eduardo_couto@outlook.com.

sociais, que se deparam cada mais com a escassez de recursos e o aumento das demandas requisitadas por usuários dos serviços.

Em seguida é feita uma contextualização da situação dos adolescentes em relação a evasão escolar que chegam para cumprimento de medida, essa, derivada do cometimento de algum tipo de ato infracional, e seus rebatimentos na vida do adolescente e de seus familiares.

Por fim, é feita uma provocação no sentido de articular e coordenar um grupo que seja capaz de propor esse enfrentamento fundamentado em uma metodologia e sistemática que alcance a realidade desses adolescentes com o objetivo final de alterar esse aspecto de sua realidade atual.

2- O NOVO GOVERNO FEDERAL.

Trataremos nesse capítulo, de forma apartidária, refletir acerca da investida que se dá sobre os direitos adquiridos pela classe trabalhadora, e para tal reflexão é imprescindível uma análise do então governo do Partido dos Trabalhadores, que longe de ser um partido comunista, tal quais tantos outros como PSDB, PMDB, DEM, rezam a cartilha do sistema capitalista, e aplica uma política neoliberal.

O que diferencia o período de governo do PT é sua profunda ligação de base com a classe trabalhadora, operária, ou seja, sua militância e sua sustentação se concentram nessa base popular, e que por consequência, mesmo atendendo os interesses do grande capital, inviabilizava uma ação tão brusca no assalto de direitos, não que esse processo fosse inexistente, porém a velocidade e a dimensão deles eram mais lentas e graduais.

A atual mudança de governo em 2016 trouxe consigo uma governança ultraliberal, e que ao contrário do Partido dos Trabalhadores, não tem qualquer vinculação de base popular, antes, tem apoio incondicional dos setores industriais e da elite, o que viabiliza uma velocidade e uma dimensão muito maior dessas ditas reformas necessárias para sustentabilidade e crescimento do país, e que movido por interesses individuais em sua maior parte, ganham respaldo no Congresso Nacional.

Em seguida abordaremos as medidas que o atual governo pleiteia executar e conseqüentemente os impactos que elas terão para a classe trabalhadora nas mais variadas áreas, entre elas a educação.

3- O DESMONTE SOCIAL

A estratégia do governo federal é fomentar a falácia de que a previdência social é extremamente deficitária, e caso não se implemente uma profunda reforma, em poucos anos ela não dará conta de atender a demanda futura.

Porém a luz da Constituição Federal, em seu artigo 195, que trata do orçamento da seguridade social, que traz um conjunto de fontes próprias, dotadas de uma pluralidade de incidências exclusivas, tais quais, as contribuições sociais pagas pelas empresas sobre a folha de salários, o faturamento e lucro, e as contribuições pagas pelos trabalhadores sobre seus rendimentos do trabalho, integram esse rol exclusivo de fontes do Orçamento da Seguridade Social, com destaque para:

- Receitas da Contribuição previdenciária para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) pagas pelos empregados e pelas empresas;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL);
- Contribuição Social Para o Financiamento da Seguridade Social, cobrada sobre o faturamento das empresas (Cofins);
- Contribuição para o PIS/Pasep para financiar o Programa do Seguro-Desemprego e para financiar os programas de desenvolvimento do BNDES, igualmente cobrada sobre o faturamento das empresas;
- Receitas das contribuições sobre concurso de prognósticos e as receitas próprias de todos os órgãos e entidades que participam desse Orçamento.

Destaque-se que a CSLL e a COFINS foram criadas pelos constituintes para financiar os benefícios típicos da Seguridade Social (Previdência Rural, Benefício de Prestação Continuada e SUS, público, gratuito e universal), e com o Orçamento da Seguridade Social, estabeleceram o mecanismo de financiamento tripartite clássico: trabalhador, empresa e governo, através de impostos.

Ou seja, com a contabilização disposta pela Constituição Federal, e conseqüentemente a correta captação de recursos, esse discurso mitológico e falacioso de déficit, seria esvaziado e substituído pela verdade, conforme observaremos abaixo,

Tabela I: Receitas, despesas e resultado Seguridade Social

O SUPERÁVIT DA SEGURIDADE SOCIAL

RECEITA, DESPESA E RESULTADO DA SEGURIDADE SOCIAL
2007 - 2014

Valores correntes em R\$ milhões

RECEITAS ⁽¹⁾	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*
Receita Previdenciária	140.493	163.355	182.008	211.968	245.892	278.173	308.557	337.553
CSLL	34.411	42.502	43.582	45.754	57.845	57.488	65.732	65.547
COFINS	102.463	120.094	116.759	140.023	159.891	181.555	201.527	194.549
PIS/PASEP ⁽²⁾	26.709	30.830	31.031	40.373	42.023	47.778	51.065	51.955
CFMF	36.483	3.058	2.497	3.148	3.414	3.765	0	0
Receitas de órgãos da Seguridade ⁽²⁾	14.255	13.528	14.173	14.863	16.873	20.044	10.923	7.415
Contrapartida do Orç. Fiscal p/EPU	1.766	2.048	2.015	2.136	2.256	1.774	1.273	1.391
RECEITA TOTAL DA SEGURIDADE	356.580	375.415	392.075	458.285	528.194	590.577	639.077	658.410
DESPESAS ⁽¹⁾	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2.014
Benefícios Previdenciários	182.575	199.562	224.876	254.859	281.438	316.590	357.003	402.087
Benefícios LOAS e RMV	14.192	15.641	18.712	22.234	25.116	30.324	34.323	38.447
Bolsa-Família e outras transferências	8.756	10.605	11.877	13.493	16.767	20.530	23.997	26.156
EPU	1.766	2.048	2.015	2.136	2.256	1.774	1.273	1.439
FAT (seguro-desemprego, abono, outros)	17.957	21.416	27.742	29.755	34.738	40.491	46.561	51.833
Minist. Saúde - MS	45.212	50.270	58.270	61.965	72.332	80.063	84.412	83.935
Minis. Desenv. Social - MDS	2.278	2.600	2.746	3.425	4.033	5.669	6.719	3.986
Minist. da Previdência - MP	4.496	4.755	6.265	6.482	6.767	7.171	7.280	5.188
Outras ações da Seguridade	3.365	3.819	6.692	7.260	7.552	9.824	9.824	9.824
DESPESA TOTAL DA SEGURIDADE	280.596	310.716	359.195	401.609	450.999	512.436	571.392	622.895
RESULTADO DA SEGURIDADE	75.984	64.699	32.880	56.676	77.195	78.141	67.685	35.515

Elaboração: Denise Lobato Gentil.
 (*) Ano de 2015: dados preliminares.
 Fontes: Minist. da Previdência; Minist. do Planejamento - SOF.
 (1) Não inclui, nas receitas, compensações pelas desonerações sobre a folha de pagamentos não repassadas pela União. Não considera as receitas e despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS nem as do Regime de Previdência dos Militares por não pertencerem ao sistema de Seguridade Social conforme definido pela CF/1988.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=8w2FN7iJgJM>

Veja ainda os dados preliminares do ano de 2015,

Tabela II: Receitas, despesas e resultado Seguridade Social 2007 a 2014.

SUPERÁVIT DA SEGURIDADE SOCIAL

RECEITA, DESPESA E RESULTADO DA SEGURIDADE SOCIAL
2007 - 2014

Valores correntes em R\$ milhões

ANO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*
RECEITA TOTAL DA SEGURIDADE ⁽¹⁾	356.580	375.415	392.075	458.285	528.194	590.577	639.077	658.410	675.109
DESPESA TOTAL DA SEGURIDADE	280.596	310.716	359.195	401.609	450.999	512.436	571.392	622.895	658.974
SUPERAVIT DA SEGURIDADE	75.984	64.699	32.880	56.676	77.195	78.141	67.685	35.515	16.135

Elaboração: Denise Lobato Gentil.
 (*) Ano de 2015: dados preliminares.
 Fontes: Minist. da Previdência; Minist. do Planejamento - SOF.
 (1) Não inclui, nas receitas, compensações pelas desonerações sobre a folha de pagamentos não repassadas pela União. Não considera as receitas e despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS nem as do Regime de Previdência dos Militares por não pertencerem ao sistema de Seguridade Social conforme definido pela CF/1988.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=8w2FN7iJgJM>

Porém todos os governos ignoram o que a constituição estabeleceu e incutem no imaginário da população a falsa ideia de que o déficit existe, e caso não sejam feitas reformas em algumas décadas a Previdência simplesmente quebraria.

Vejamos agora a fórmula mágica para justificativa desse fundamento,

Tabela III: Resultado Previdência divulgado pela mídia

Resultado da Previdência divulgado pela mídia e pelo governo

Receitas/Despesas previdenciárias	2012	%PIB	2013	%PIB	2014	%PIB	2015	%PIB
Receita da Previdência Social (a)	275.764,7	5,7	307.147,0	5,8	337.503,1	5,9	350.272,0	5,9
Urbana	270.001,6	5,6	300.990,9	5,7	330.833,0	5,8	343.190,7	5,8
Rural	5.763,1	0,1	6.156,0	0,1	6.670,2	0,1	7.081,3	0,1
Benefícios previdenciários (b)	316.589,5	6,6	357.003,1	6,7	394.201,2	6,9	436.090,1	7,4
Urbana	245.454,2	5,1	276.648,6	5,2	305.498,7	5,4	338.049,1	5,7
Rural	71.135,4	1,5	80.354,5	1,5	88.702,6	1,6	98.040,8	1,7
PIB Nominal	4.805.913,0	-	5.316.455,0	-	5.687.309,0	-	5.929.748,0	-
Suposto "déficit" (a-b)	-40.824,8	0,8	-49.856,1	0,9	-56.698,1	1	-85.818,1	1,4

Fonte: Tesouro Nacional do MPS (RGPS por clientela urbana e rural segundo metodologia própria). Dados sujeitos a alteração.

“Previdência Social tem rombo de R\$ 85,5 bilhões em 2015.”

Correio Braziliense

Fonte: http://www.spbancarios.com.br/Uploads/PDFS/1112_CartilhaPrevidencia.pdf

Além do mais, ao longo dos anos, o governo federal vem adotando uma estratégia de desonerações, que a princípio se iniciou pelo setor industrial, depois se ampliou para bares, hotéis e culminou para o rádio e televisão, tudo isso no pressuposto de impulsionar a economia, mas que na prática não tiveram qualquer efeito no aumento do emprego e da economia como um todo.

Ao invés disso, serviram apenas para duas coisas, aumentar o lucro das empresas e dos capitalistas, e principalmente, tirar recursos da Previdência.

Tabela IV: Desonerações.

DESONERAÇÕES								
Desonerações ou Gastos Tributários Federais								
Em R\$ milhões								
Ano	Desoneração Total*	% do PIB*	Desonerações de Contribuições Sociais				Total das Desonerações de Receitas da Seguridade Social	% do PIB
			Contrib. p/ Previdência Social	COFINS	CSLL	PIS/PASEP		
2007	102.673	3,95	n.d.	13.351	2.958	2.377	18.686	0,81
2008	114.755	3,78	n.d.	20.058	4.525	3.732	28.315	1,03
2009	116.098	3,65	17.905	29.418	6.087	5.651	59.061	1,85
2010	113.861	3,60	18.183	33.883	8.333	6.955	67.354	2,02
2011	152.406	3,68	21.156	34.618	5.830	6.542	68.146	1,75
2012	182.410	4,15	24.412	41.376	6.976	8.145	80.909	1,78
2013	225.630	4,66	33.743	46.142	8.788	9.060	97.733	1,97
2014	253.902	4,92	57.012	58.510	9.301	11.639	136.462	2,60
2015	282.437	4,93	62.519	70.538	10.490	14.100	157.647	2,75
2016	271.006	4,33	54.349	64.558	11.171	12.887	142.965	2,29

Fonte: Receita Federal, Ministério da Fazenda. Demonstrativo dos Gastos Tributários. PLOA (projeções) e Relatório de Bases Efetivas. Elaboração própria.
 (*) Dados de 2007 a 2014, Bases Efetivas. Dados de 2015 e 2016, dados estimados, PLOA-projeções.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=8w2FN7iJgJM>

Feita essas considerações, passemos agora a analisar algumas medidas que estão ou em fase de estudos, aprovação ou já em vigor,

- DRU – Desvinculação Receitas União, que além de prorrogada, ampliou o percentual de 20% para 30% dos tributos vinculados a fundos e despesas, onde 90% desses recursos são oriundos de contribuições sociais, o que na pratica permite ao governo deixar de aplicar na seguridade social e remaneja-los para pagamento de juros.

- PEC-241 – Limita os gastos primários da união por até 20 anos, limitando seu aumento pela inflação do ano anterior, ou seja, na pratica gradualmente seria investido cada vez menos, veja simulação abaixo caso essa medida já estivesse em vigor,

Tabela V: Simulação

Simulação: Aplicação da regra do Novo Regime Fiscal de 2006 a 2015

Ano	Gasto efetivo em saúde (R\$ bi)	Saúde (simulação) Novo Regime Fiscal (R\$ bi)	Gasto efetivo em educação (R\$ bi)	Educação (simulação) Novo Regime Fiscal (R\$ bi)
2006	40,6	40,6	19,7	19,7
2015	102,1	65,2	103,8	31,5

Fonte: http://www.spbancarios.com.br/Uploads/PDFS/1112_CartilhaPrevidencia.pdf

Em dez anos teríamos deixados de aplicar mais de 37 bilhões em saúde e mais de 72 bilhões em educação, o que na realidade pratica implicaria no colapso desses sistemas, e principalmente no extremo agravamento da já imensa desigualdade social brasileira.

- Na saúde, o ministro Ricardo Barros tem intensificado o desmonte do SUS, propondo entre outras medidas a implementação de Planos de Saúde, obviamente pagos, denominados de populares ou acessíveis, atribuindo a eles o desafogo do SUS e a ampliação do acesso. Quando questionado, o ministro refuta com o seguinte e triste argumento: “O que estamos discutindo é qual a cobertura. Não é a qualidade do plano”, ou pior ainda: “... ser definidos em conjunto com as operadoras, conforme o mercado aceitar”.

- Em Educação, o desmonte também vai avançando, por exemplo podemos citar a Medida Provisória que promoveu uma reforma profunda no ensino médio sem a menor participação da sociedade civil, que além de excluir matérias

importantíssimas, ainda deixou de exigir a competência da formação em Pedagogia para exercício da função de professor, substituindo-a apenas para um “notório saber” de uma determinada área.

- Ainda em Educação, soma-se o a extinção do: Ciências sem Fronteira, Pronatec, os atrasos dos repasses do FIES e sua “reestruturação”, e por aí vai.

- A reforma trabalhista liderada pelo ministro do trabalho Ronaldo Nogueira, que entre outras, executou a atualização da CLT, a regulamentação da terceirização e do PPE (Programa de Proteção Emprego), medidas essas que com o argumento falacioso de promoção e geração de empregos, na verdade possui em sua gênese a retirada de direitos adquiridos ao longo de décadas de luta da classe trabalhadora.

4- O ALFABETISMO E O ANALFABETISMO FUNCIONAL

Todo cenário já posto serviu como condutor para compreensão do passado e reflexão com relação ao futuro no que diz respeito aos impactos de todos os ajustes contemporâneos advindos de Brasília e que impactarão a Educação e tantas outras políticas, afetando diretamente o cotidiano das pessoas.

A questão do analfabetismo no Brasil a muito se discute e até se avança, porém, dados recentes revelam que a efetividade desse avanço na prática impõe uma realidade pertinente de muita reflexão, pois se estatisticamente produzimos um resultado otimista acerca da redução do contingente de analfabetos, por outro lado geramos um contingente imenso dos denominados “analfabetos funcionais”, ou seja, aquele que tem um domínio praticamente irrisório da escrita e da leitura.

O avanço estatístico dessa redução do analfabetismo se expressa nos números divulgados pelo IBGE no Censo 2010 e números da PNAD 2014, que aponta uma redução significativa entre o período compreendido do ano 2000 a 2014, que partiu de um percentual de 13,63% das pessoas acima de 15 anos de idade, chegando ao ano de 2014 a 8,30% dos brasileiros com a faixa etária acima dos 15 anos.

Todas as fontes de pesquisa indicam de fato essa redução quantitativa do numero de analfabetos ao longo da ultima década em todas as faixas etárias,

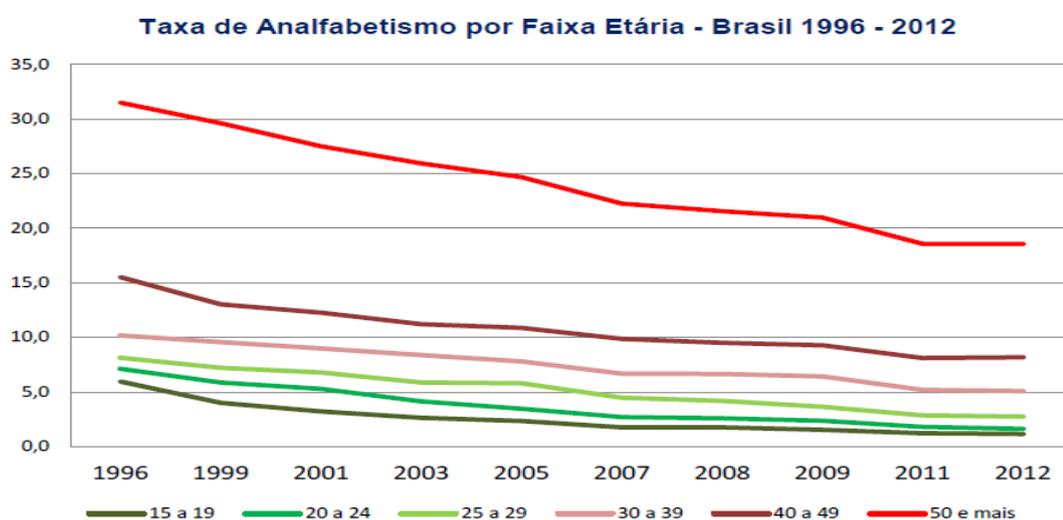
Tabela VI: Taxa de analfabetismo 1996 a 2012.

Ano	Faixa etária (em anos)						
	15 e mais	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 e mais
1996	14,7	6,0	7,1	8,1	10,2	15,5	31,5
1999	13,3	4,0	5,9	7,2	9,6	13,0	29,6
2001	12,4	3,2	5,3	6,8	9,0	12,3	27,5
2003	11,6	2,6	4,1	5,9	8,4	11,2	25,9
2005	11,1	2,3	3,5	5,8	7,8	10,9	24,7
2007	10,1	1,8	2,7	4,5	6,7	9,9	22,2
2008	10,0	1,8	2,6	4,2	6,7	9,5	21,6
2009	9,7	1,5	2,4	3,6	6,4	9,3	21,0
2011	8,6	1,2	1,8	2,9	5,2	8,1	18,6
2012	8,7	1,2	1,6	2,7	5,1	8,2	18,6

Fonte: IBGE - Pnad Reponderada; Tabela elaborada por Inep/DEED.

Nota: Exclusiva a população rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP de 1996 a 2003.

Gráfico II: Taxa de analfabetismo por faixa etária.



Fonte: Inaf Brasil 2001 a 2011

Embora tenha diminuído consideravelmente esse contingente de pessoas sem alfabetização, é necessário fazer um recorte nesse grupo para que possamos ter uma melhor compreensão com relação à qualidade dessa superação, até porque na prática verifica-se que boa parte dos alfabetizados expressa uma carência de domínio tanto da escrita quanto da leitura muito próxima daqueles que ainda não foram alcançados pela educação e consequentemente sua alfabetização.

O Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa tem feito um extraordinário trabalho de aferição dos dados relacionados à alfabetização no Brasil, e um dos elementos que se destacam nesses estudos é a classificação dos níveis de analfabetismo e de alfabetismo, conforme demonstrado no quadro abaixo,

Quadro I: Classificação de alfabetizados e analfabetos

Analfabetismo: corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços, etc.).

Nível rudimentar: corresponde à capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares (como, por exemplo, um anúncio ou pequena carta), ler e escrever números usuais e realizar operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias ou fazer medidas de comprimento usando a fita métrica.

Nível básico: as pessoas classificadas neste nível podem ser consideradas funcionalmente alfabetizadas, pois já leem e compreendem textos de média extensão, localizam informações mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências, leem números na casa dos milhões, resolvem problemas envolvendo uma sequência simples de operações e têm noção de proporcionalidade. Mostram, no entanto, limitações quando as operações requeridas envolvem maior número de elementos, etapas ou relações.

Nível pleno: classificadas neste nível estão as pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos em situações usuais: leem textos mais longos, analisando e relacionando suas partes, comparam e avaliam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses. Quanto à matemática, resolvem problemas que exigem maior planejamento e controle, envolvendo percentuais, proporções e cálculo de área, além de interpretar tabelas de dupla entrada, mapas e gráficos.

Fonte: Inaf Brasil 2001 a 2011

Essa análise corrobora com a constatação empírica da fragilidade dessa suposta alfabetização, pois é inquestionável o montante daqueles que recebem a chancela do Estado como alfabetizados e não conseguem escrever ou ler, precariamente, diga-se de passagem, nada além do seu próprio nome ou curtas palavras ou frases.

Os grupos denominados “Analfabetos” e “Nível Rudimentar” representam aqueles que não sabem ler e escrever rigorosamente quase nada, e aqueles já mencionados acima, que possuem um domínio muito pequeno tanto do ler quanto do escrever. Mesmo reconhecendo que houve uma diminuição na casa de 6,00% em cada um dos dois grupos no período de 10 anos, ainda sim se trata de um problema grave a ser superado pelo sistema educacional brasileiro, pois os dois grupos atingem o alto percentual de 27,00% da população, conforme a tabela abaixo que dá forma e números aos Analfabetos Funcionais,

Tabela VII: Evolução de indicadores de analfabetismo.

Evolução do Indicador de alfabetismo da população de 15 a 64 anos (2001-2002 a 2011)								
Níveis		2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2007	2009	2011
BASES		2000	2000	2001	2002	2002	2002	2002
Analfabeto		12%	13%	12%	11%	9%	7%	6%
Rudimentar		27%	26%	26%	26%	25%	20%	21%
Básico		34%	36%	37%	38%	38%	46%	47%
Pleno		26%	25%	25%	26%	28%	27%	26%
Analfabeto e Rudimentar	Analfabetos funcionais	39%	39%	38%	37%	34%	27%	27%
Básico e Pleno	Alfabetizados funcionalmente	61%	61%	62%	63%	66%	73%	73%

Fonte: Inaf Brasil 2001 a 2011

Outro dado relevante da pesquisa diz respeito ao crescimento da escolarização da população no comparativo com o início dos anos 2000, com o final de sua primeira década, conforme tabela abaixo,

Tabela VIII: Escolaridade da população de 15 a 64 anos.

Escolaridade da população de 15 a 64 anos no Brasil / IBGE				
Escolaridade	Censo 2000		PNAD 2009	
Sem escolaridade	10%	10.866.552	9%	11.766.782
Ensino Fundamental I	30%	32.599.656	18%	23.533.564
Ensino Fundamental II	28%	30.426.345	24%	31.378.086
Ensino Médio	24%	26.079.725	35%	45.759.708
Superior	8%	8.693.242	14%	18.303.883
TOTAL	100%	108.665.519	100%	130.742.024

Fonte: IBGE: Censo Populacional 2000 e PNAD 2009 2010

Porém esse crescimento quanto à escolarização pode ofuscar um dado extremamente grave no âmbito da educação, especialmente no grupo que compõe os Analfabetos Funcionais, ou seja, o grupo “Analfabeto” e o “Rudimentar”, pois como demonstra a tabela divulgada a partir dos levantamentos do Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa, a situação e a qualidade da alfabetização pede socorro, pois em todos os níveis escolar observa-se que o estudante avança nas séries, porém não supera o Analfabetismo Funcional, chegando ao alarmante percentual de 8,00% no Ensino Médio, e de 26,00% no Ensino Fundamental II,

Tabela IX: Nível de analfabetismo por escolaridade

Nível de alfabetismo da população de 15 a 64 anos por escolaridade da população em 2011						
Níveis		Escolaridade				
		Nenhuma	Ensino Fundamental I	Ensino Fundamental II	Ensino Médio	Ensino Superior
BASES		158	378	476	701	289
Analfabeto		54%	8%	1%	0%	0%
Rudimentar		41%	45%	25%	8%	4%
Básico		6%	43%	59%	57%	34%
Pleno		0%	5%	15%	35%	62%
Analfabeto e Rudimentar	Analfabeto funcional	95%	53%	26%	8%	4%
Básico e Pleno	Alfabetizado funcionalmente	6%	48%	74%	92%	96%

Fonte: Inaf Brasil 2011

Ainda, a Tabela X, revela outro dado extremamente relevante, como por exemplo, o avanço do Analfabetismo Funcional em relação a faixa etária, apesar da diminuição dos índices observados no período da pesquisa, ou seja de 2001 a 2011, ainda sim são extremamente alarmantes no geral, e constata-se também que essa taxa de analfabetismo funcional vai crescendo de acordo com a evolução etária

Tabela X: Nível de alfabetismo da população de 15 a 64 anos por faixa etária.

Níveis de alfabetismo da população de 15 a 64 anos por faixas etárias									
Níveis		15 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 49 anos		50 a 64 anos	
		2001-2002	2011	2001-2002	2011	2001-2002	2011	2001-2002	2011
BASES		632	511	458	468	538	577	372	446
Analfabeto		3%	0%	7%	2%	15%	6%	29%	17%
Rudimentar		19%	11%	26%	16%	31%	24%	37%	35%
Básico		43%	53%	35%	51%	32%	46%	23%	38%
Pleno		35%	36%	32%	31%	22%	24%	11%	10%
Analfabeto e Rudimentar	Analfabetos funcionais	22%	11%	33%	18%	46%	30%	66%	52%
Básico e Pleno	Funcionalmente alfabetizados	78%	89%	67%	82%	54%	70%	34%	48%

Fonte: Inaf Brasil 2001-2002 e 2011

Os números deixam claro que existe uma precariedade no sistema educacional, pois esse sistema pode até estar gerando uma estatística positiva em

relação à alfabetização em termos absolutos, porém a qualidade desse ensino deve ser questionada e observada com seriedade os seus resultados práticos.

Obviamente que não dá para ratificar que ao longo das décadas passadas, e até mesmo recentemente, foram feitos investimentos de recursos não só para o enfrentamento do analfabetismo brasileiro, como na Política de Educação como um todo, porém para além das questões financeiras, o que se observa na prática é a deterioração da sua qualidade final, ou seja, uma formação e um aprendizado de padrão minimamente satisfatório,

Se houve de fato um aumento relativo, nos últimos anos, no que concerne ao atendimento quantitativo dos serviços de saúde e educação (notadamente no ensino de primeiro grau), houve igualmente um crescimento assustador da deterioração desses serviços públicos; aumentou o número de atendimentos e diminuiu a qualidade e as condições de atendimento. As verbas que poderiam garantir melhor qualidade desses serviços foram desviadas para projetos faraônicos do governo, para defender interesses de empresas nacionais e estrangeiras. (GADOTTI, 2012, p. 139)

Toda essa precarização e baixa da qualidade pode ser verificada nas estruturas físicas de várias escolas, no desprestígio dos professores, suas condições de trabalho e no baixo salário, o que só ratifica o interesse que a elite tem em não promover de fato uma educação de qualidade, passando para primeiro plano apenas o alcance de índices que sejam satisfatório aos organismos internacionais, e que mantenham as coisas assim como estão, ou seja, que o poder não corra qualquer risco de ameaça de sair das mãos daqueles que historicamente o detém.

5- IMPACTOS NO CAMPO DE ESTÁGIO.

Todos esses percursos abordados nos capítulos anteriores servem de pano de fundo para ilustrar o cenário encontrado no CREAS Medidas Socioeducativa de Presidente Prudente-SP, especialmente na condição educacional dos adolescentes que ali chegam para cumprimento de medidas socioeducativas imputadas a eles por cometimento de algum tipo de ato infracional.

Ainda com relação à questão educacional, outra característica dos adolescentes em cumprimento de medida é o alto índice daqueles que por inúmeros motivos estão fora da escola, tanto que o fechamento do 1º semestre de 2017 do CREAS LA/PSC de Presidente Prudente-SP, tinha 185 adolescentes cumprindo

medida socioeducativa, desses, 109 estavam fora da escola, conforme informações do CREAS.

Quando encaminhados pela justiça para cumprimento da medida socioeducativa, os adolescentes que se enquadram no cenário posto acima, também recebem a medida protetiva de retorno escolar, o que expõe mais uma dificuldade a ser superada pela equipe técnica do serviço, e pela assistente social, e elas estão fundamentalmente ligadas a duas questões intrínsecas: o adolescente não consegue ter a noção da importância da educação no contexto de sua vida e do seu futuro, e principalmente, o preconceito no ambiente escolar.

Veladamente, na maioria das vezes, a própria escola cria uma série de obstáculos com o objetivo claro de não absolver esse adolescente em seu rol de alunos, comumente o mais usado é a falta de vaga, fundamentada no senso comum de que esse adolescente é um “marginal” que só irá trazer mais problemas ao ambiente escolar, e essa rejeição é bastante significativa, levando em alguns casos a equipe técnica do CREAS LA/PSC de Presidente Prudente-SP, após diversos contatos com as instituições de ensino e várias diligências dos pais ou responsáveis pelo adolescente, tenha que se reportar ao Juizado da Infância da cidade, afim de que interceda para efetivar a matrícula.

Esse cenário e os obstáculos para reinserção do adolescente na escola é um desafio para a assistente social do CREAS LA/PSC de Presidente Prudente-SP, pois não bastasse os transtornos causados por tantas idas e vindas, se impõe ainda a intervenção junto ao adolescente que geralmente já chega ao serviço por anos fora da escola, e dentro daquilo que ele considera importante para si, a escola talvez não ocupe nenhuma posição em suas prioridades, e essa dificuldade de matrícula acaba sendo mais um combustível que corrobora para sua permanência distante do espaço educacional.

Como já frisado anteriormente, com o adolescente que chega para cumprimento da medida socioeducativa, chega também toda uma família e suas demandas, aparentes, ou não, e frente a realidades particulares de cada uma delas, existem algumas questões que são comuns a todas, e uma delas, é a situação de pobreza e da escassez de coisas básicas, até como alimentos, essencial para própria existência da pessoa.

Apropriar-se de um pensamento crítico da condição societária posta, é o princípio básico na formulação de uma consciência que busca aprofundar o

conhecimento daquilo que se apresenta de forma imediata e aparente, mas que na sua essência encontra-se completamente obscuro por inúmeras razões.

Nesse aspecto, a mediação torna-se um instrumento fundamental nessa busca que o profissional tem por ir além daquilo que se apresenta, e, obviamente, essas mediações devem ser sucessivas, haja vista que aquilo que está escondido na essência somente se revelará com inúmeras intervenções, tendo em vista também que a cada passo novas demandas se tornarão imediatas e assim uma após outra, dialeticamente se apresentarão.

Certo é que o assistente social se aproprie da instrumentalidade da profissão, afinal, teleologicamente ela dá o norte que objetivamente temos como rumo de nossa ação, afinal, apesar da impressão inalcançável desse fim, a busca por uma nova sociedade, onde a desigualdade e a exploração sejam erradicadas, ela só poderá ser construída a partir dessas ações individuais para objetivação de uma consciência coletiva de classe para si.

Dentro desse contexto e desse cenário, é de suma importância o fortalecimento de três frentes de trabalho, uma que possa ser capaz de semear junto aos adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa a valoração do quesito educação/formação em sua vida, uma segunda frente, que possa ser capaz de romper com a resistência das escolas em ter em suas salas adolescentes com esse perfil, e ainda, uma terceira força tarefa que atue nos Territórios incentivando o retorno escolar, e construindo junto aos usuários essa valoração da formação e da escola.

A princípio parece ser uma ação simplista e rotineira no âmbito dos atendimentos, porém ela somente passa a gerar resultados a partir de uma metodologia e uma aplicação sistemática, planejada e estruturada.

Para que isso se materialize, uma comissão ou equipe de retaguarda deve ser criada para coordenar as aplicações de um conteúdo nos atendimentos aos adolescentes, e que se estenda ao seu arranjo familiar, isso no âmbito do CREAS, como também, esse grupo deve articular com as Escolas, CRAS, e Organizações do Terceiro Setor, um mesmo trabalho voltado para esse enfrentamento.

Ou seja, o CREAS Medidas Socioeducativas, enquanto acolhe o adolescente em cumprimento de medida, e entre outras questões, trabalha a questão escolar, no mesmo sentido pode contribuir com outros serviços na

prevenção, não só no sentido da não cooptação desse adolescente pela criminalidade, mas também no enfrentamento da evasão escolar.

6 – CONCLUSÃO

A desigualdade social brasileira, que amplia o abismo entre as classes sociais, impulsiona toda uma geração de adolescentes a evasão escolar e a aproximação da criminalidade, que acaba cooptando grande parcela dessa juventude ao universo da drogadição, do álcool e dos delitos.

Alinhada com essas questões, muitas famílias experimentam da crueldade da pobreza e da falta renda, seja pelo desemprego, baixa ou nenhuma escolaridade, como também o universo do machismo, do preconceito, e da violência, por muitas vezes impulsionadas pelas drogas lícitas, como o álcool, e que acabam se reproduzindo por gerações.

Esses são alguns dos exemplos, e das questões, a serem enfrentadas pelo CREAS LA/PSC de Presidente Prudente-SP, juntamente com o adolescente e a medida socioeducativa a ser cumprida.

Pensar ações de enfrentamento a tantas demandas se faz urgente, mas também se faz urgente pensar que não necessariamente uma ação trará resultados se for fundada em ideias “faraônicas” ou mirabolantes, ou seja, a simplicidade de uma ação pode ser o segredo de sua contribuição satisfatória, naquilo que é o objetivo do trabalho, ou seja, modificar aspectos da realidade, em geral, comprometida desses adolescentes.

Nos dias atuais, como já foi abordado, a escassez de recursos tende a cada dia piorar mais, portanto, ideias e propostas que demandem investimentos financeiros, correm o sério risco de não se materializarem, e permanecerem no campo das ideias e objetivos a serem alcançados, porém o usuário, esse não pode aguardar a “liberação de recursos”.

Diante desse cenário, fica a provocação de extrair o máximo possível, no sentido intelectual, dos trabalhadores do CREAS Medidas Socioeducativa, se estendendo para os demais serviços, assim, com ações pensadas, planejadas, metodologicamente estruturadas, mas com uma essência na simplicidade, possa ser feito esse enfrentamento tão necessário à questão da evasão escolar de tantas crianças, adolescentes e jovens na cidade de Presidente Prudente-SP.

BIBLIOGRAFIA

ANFIP (2013). **Análise da Seguridade Social 2012**. Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social – Brasília: ANFIP, 2013.

BOSCHETTI, Ivanete (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

COLELLO, Silvia M. Gasparian. **A escola que (não) ensina a escrever**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 286p.

FAGNANI, E., TONELLI Vaz, F. (2013). **Seguridade social, direitos constitucionais e desenvolvimento**. In: FAGNANI, E. & FONSECA, A (ORG). (2013 – B).

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**– 11 ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório** – 16 ed. – São Paulo : Cortez, 2012.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; DI PIERRO, Maria Clara. **Preconceito contra o analfabeto**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

<http://dialoga.gov.br/#/programas/103644/sobre-o-programa>

http://www.spbancarios.com.br/Uploads/PDFS/1112_CartilhaPrevidencia.pdf

<https://www.youtube.com/watch?v=8w2FN7iJgJM>

INAF. Instituto Paulo Montenegro. (Indicador de alfabetismo funcional). **Instituto Paulo Montenegro divulga IV Indicador de Alfabetismo Funcional - Brasil**
http://www.institutocyrela.com.br/site/arquivos/geral/informe_resultados_inaf2011_ve rsao-final_12072012b.pdf acessado em 10/11/2017

IPEA (2006). **Brasil – o estado de uma nação – mercado de trabalho, emprego e informalidade**. Tafner, P (editor). Brasília: Ipea.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.